

CDS – Um passo à frente

Assunção Cristas

23 de fevereiro de 2018

Há dois anos apresentei-me como candidata à liderança do nosso partido com uma moção clara: pensar no país a 20 anos e começar a trabalhar para ele todos os dias, com “trabalho, afinco, determinação, profissionalismo, lealdade no combate e resiliência na luta política.”¹. A moção, intitulada “Ambição e Responsabilidade para Portugal”², continua inteiramente válida e atual.

A visão que propus, e foi acolhida pelo partido, desdobra-se num conjunto de perguntas que são o nosso guião de trabalho e numa série de linhas prioritárias: combater a pobreza pela educação e também pela criação emprego, criar um país amigo da família, compreender e valorizar a globalidade do nosso território, incluindo o mar, dar centralidade à cultura, apostar num Estado Social de Parceria, garantir a qualidade da Justiça.

Propus também que olhássemos em frente e não nos desviássemos do caminho. Escrevi, então: “A alteração profunda da nossa prática constitucional tornou menos relevante o vencedor das eleições e mais relevante o apoio parlamentar mínimo de 116 deputados. O CDS tem a oportunidade para se afirmar como uma parte cada vez mais robusta de uma futura solução de Governo de centro direita.” E, ainda, “Queremos ser a primeira escolha dos portugueses.”³.

Dois anos volvidos, com dois atos eleitorais disputados de permeio – as eleições regionais dos Açores e as autárquicas –, é tempo de prestar contas pelo trabalho feito, de verificar a atualidade das opções estratégias então definidas e de reforçar o caminho a seguir.

Dois anos volvidos, permanecendo atuais as linhas programáticas definidas, esta é uma moção de prestação de contas e de método de trabalho para o futuro. Menos de políticas e mais de Política.

¹ *Ambição e Responsabilidade para Portugal*, 26 de fevereiro de 2016, p.24.

² <http://cds.pt/assets/ambicao-e-responsabilidade-para-portugal.pdf>

³ *Ambição e Responsabilidade para Portugal*, 26 de fevereiro de 2016, p.24

I. Estamos a fazer diferente

As políticas

Somos oposição firme ao Governo das esquerdas unidas, uma oposição acutilante, por um lado, sempre construtiva, por outro.

Ao longo destes dois anos – que correspondem, no calendário parlamentar, a parte de uma sessão legislativa (2016), uma sessão legislativa completa (2016/17) e a sessão em curso – temos estado na linha da frente da apresentação de Projetos de Lei e de Resolução na Assembleia da República.

Liderámos a agenda em muitos domínios e demos sempre um fortíssimo contributo em momentos centrais da governação – Programa de Estabilidade e Plano Nacional de Reformas, Orçamento do Estado –, sem prejuízo da rejeição sistemática desses contributos, bem como sempre que houve um repto à participação da oposição (de resto, em vários casos, com antecipação nossa), como a reforma da floresta, os investimentos em infraestruturas ou, mais recentemente, o próximo quadro financeiro plurianual.

Em nenhum assunto nos furtámos ao debate e à apresentação de propostas alternativas, pelo contrário. Só no último Orçamento do Estado, o Orçamento para 2018, apresentámos 90 propostas de alteração, tendo o Partido Socialista votado contra todas. Duas acabaram por ser aproveitadas, mas plagiadas e com nova autoria, socialista: a indemnização dos feridos graves dos incêndios e o fim das cativações das verbas para a formação profissional. Entro neste detalhe para ilustrar o que tem sido a posição do CDS, mês após mês, sessão legislativa após sessão legislativa: com ânimo, ambição e resiliência apresentar projetos, dos mais pequenos, mas decisivos, temas, às questões mais estruturais, e defendê-los, independentemente da sua aprovação ou rejeição.

Porque acreditamos que os portugueses merecem o nosso melhor, merecem todos os nossos esforços, porque sabemos que este trabalho não é senão na aparência inconsequente.

Sei – e acredito – que é na oposição que melhor se prepara a governação. Tudo o que fizermos agora, de estudo, de propostas, de consistente trabalho de casa, pode não florescer no imediato, mas dará frutos a seu tempo. E é essencial para um dia podermos voltar à governação, bem preparados, a saber o que queremos fazer. Tudo o que vai preparado com tempo, amadurecimento, estudo e seriedade tem a possibilidade de ser executado da melhor forma que serve os portugueses. O que não se prepara, dificilmente será executado, com ponderação,

no quadro de uma legislatura. O tempo da oposição é o tempo das ideias, o da governação é o tempo da sua execução.

Por isso temos feito um trabalho consistente, de elevada qualidade, excecional, atrevo-me a qualificar, em permanente e estreita articulação entre o Gabinete de Estudos e o Grupo Parlamentar. Garantindo que estudamos e debatemos, primeiro, e apresentamos as propostas depois. Nos nossos grupos de estudo temos contado com a colaboração de muitos militantes e dirigentes, mas também com muitos independentes, que simpatizam connosco e, sobretudo, reconhecem no CDS um partido onde se trabalha com rigor, com consistência e credibilidade, procurando apresentar soluções sólidas.

Mas vale a pena detalhar um pouco a substância deste trabalho: logo no pós-congresso, em 2016, agendámos um conjunto de propostas sobre temas centrais para o país e a que o CDS tem dado particular atenção. Olhando para a questão demográfica que, a par do território, é a nossa condição mais estrutural, apresentámos dois pacotes legislativos, primeiro sobre natalidade e depois sobre envelhecimento ativo e cuidados aos mais idosos⁴. A generalidade destes projetos foi rejeitada, e vários foram reapresentados noutros momentos nas sessões seguintes, em agendamentos do CDS, nomeadamente sobre a organização do trabalho ao longo da vida, a proteção dos idosos, ou a propósito de temas como a igualdade de género.

Ainda antes do verão de 2016, e no seguimento do trabalho feito no âmbito do Gabinete de Estudos e da conferência “Segurança Social: Diagnóstico e Opções”, propusemos ao Parlamento um início de debate muito sério e sólido sobre a Segurança Social. Ao invés de trazermos para cima da mesa projetos fechados de reforma, defendemos que era preciso introduzir transparência e pedagogia nesta matéria, e propusemos um caminho que pudesse ser uma base de diálogo e construção para o futuro, com as demais forças partidárias.

Escolhemos por isso apresentar apenas duas medidas⁵. A primeira, que designámos como “contrato de transparência com o cidadão” previa o envio anual de uma carta por parte da Segurança Social com informação sobre o regime vigente, os descontos já efetuados e a previsão quanto à idade de reforma e montante da mesma, a manterem-se as mesmas regras e o mesmo nível de descontos. A segunda, inspirada na reforma inglesa, e admitindo que as pessoas rapidamente constatariam que a pensão previsível ficaria abaixo do seu rendimento habitual, consistia na criação de um seguro público de inscrição automática, mas não obrigatória, assente

⁴ <http://www.cds.pt/folhacds/2016/05/20160517/phone/chumbo-a-esquerda.html> e

<http://www.cds.pt/folhacds/2016/06/20160615/envelhecimento-ativo.html>

⁵ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40531>

num regime de capitalização. O trabalhador seria automaticamente inscrito, mas podia, com total liberdade, sair do regime, sendo reinscrito automaticamente, com a mesma liberdade de saída, a cada três anos. São propostas boas, de futuro e de responsabilidade e das quais não desistimos. Voltaremos pois a elas.

O tempo do verão foi também um tempo de estudo e de preparação das nossas propostas estruturais na área da educação. Mais uma vez, na sequência do trabalho desenvolvido no Gabinete de Estudos e apresentado e debatido na conferência “Por uma Educação de Qualidade no Século XXI. Desafios para a Excelência”, em setembro de 2016 o CDS apresentou um conjunto muito relevante de alterações à Lei de Bases da Educação, em jeito de balanço nos 30 anos do diploma. Propusemos a obrigatoriedade do pré-escolar aos cinco anos e a universalização aos três, a reorganização dos ciclos de ensino de quatro para dois anos (seis mais seis), a alteração do calendário escolar para contemplar mais pausas ao longo do ano letivo e um período de férias de verão menos longo, só para dar alguns exemplos. Mas a proposta mais emblemática foi a de garantir a estabilidade das políticas da educação por um mínimo de seis anos: estabilidade nos currícula, nas metas de aprendizagem, nos manuais, nos momentos de avaliação. Sem estabilidade não se pode comparar, avaliar e depois, sim, melhorar. Várias destas propostas já voltaram a ser apresentadas pelo CDS, infelizmente com o mesmo desfecho negativo. O tema da educação – desde a infância ao ensino superior e ciência – tem sido das áreas consistentemente tratada pelo CDS no Parlamento, desde as suas questões mais estruturantes às mais práticas, do dia-a-dia da vida das escolas. Já em 2018, foi a educação alvo de mais uma interpelação nossa ao Governo e tem sido o CDS que mais vezes leva o Ministro ao plenário, para o confronto de visões e resultados.

Na antecipação do debate do Orçamento para 2017, deixámos claro que íamos comunicando uma medida por semana, assim marcando com clareza as prioridades do CDS e frisando que connosco haveria sempre uma política positiva, apresentando construtivamente propostas para o Orçamento. Para além dessas, muitas outras foram apresentadas já dentro da agenda das propostas de alteração ao Orçamento. Tal como no debate do Programa de Estabilidade, propostas como o quociente familiar, a baixa progressiva de IRC, a garantia da neutralidade fiscal nos combustíveis ou o supercrédito fiscal estiveram na linha da frente.

Depois desse tempo, na primavera de 2017, foi altura de retomar a liderança da agenda com projetos na área da segurança e da prevenção do terrorismo, e na área da regulação financeira, de resto, antecipando-nos, nos dois casos, à agenda do Governo. Por exemplo, o primeiro

projeto relativo aos metadados foi do CDS, mais tarde discutido com outras iniciativas nossas e com o projeto do Governo⁶.

Ainda na área de soberania, e com grande impacto na promoção do investimento e na dinamização da nossa economia, agendámos várias propostas no domínio da Justiça, a serem discutidas potestativamente. São propostas que têm o foco na celeridade, com uma preocupação muito pragmática de resolver problemas processuais dentro do atual quadro constitucional vigente, tocando os vários domínios processuais e indo ao encontro do apelo a consensos no domínio da Justiça.

Ao longo destes dois anos, a agenda social manteve um lugar cimeiro, com outro pacote legislativo a ser apresentado em março, sobre deficiência⁷, mais uma vez na sequência de um trabalho profundo feito pelo Gabinete de Estudos.

Em paralelo, fomos sinalizando como grande prioridade a área da saúde, área de claríssima degradação dos serviços prestados aos utentes, e com forte e sucessivo desrespeito do Governo pelas suas promessas. A par da forte pressão no Parlamento, o Gabinete de Estudos manteve um grupo muito ativo que organizou no Porto, em dezembro de 2016, uma conferência sobre Inovação na Saúde, e já este ano, em janeiro, em Lisboa, uma outra sobre Financiamento da Saúde⁸. Eu própria iniciei em janeiro de 2017 um roteiro, que me levou a visitar vários hospitais por todo o país e, já este ano, para além das visitas no âmbito do “Dia do Distrito”, mantive reuniões sistemáticas com as Ordens profissionais da área da saúde. De resto, a saúde foi um dos temas das nossas últimas Jornadas Parlamentares, em Setúbal.

Na área da sociedade, importa realçar ainda a liderança do CDS no envio para o Tribunal Constitucional, em sede de fiscalização sucessiva, da alteração à Lei da Procriação Medicamente Assistida, por pôr em causa o direito à identidade genética. Aguardamos ainda a decisão do Tribunal, mas a opção por enviar o documento, sustentadamente, para o Tribunal, tem valor político em si mesmo. No que se refere à eutanásia, temos sido firmes na afirmação de uma sociedade que prefere acolher todos, em todos os momentos da vida, aliviando a dor e garantindo acompanhamento e conforto de forma integral. Somos contra a eutanásia, como ficou claro no último congresso, como somos contra a obstinação terapêutica, e continuaremos

⁶ P JL 480/XIII, de 29 de março de 2017, enquanto a PPL 79/XIII, do Governo, é de 11 de maio de 2017.

⁷ <http://www.cds.pt/folhacds/2017/04/20170404/medidas-aprovadas.html>

⁸ <http://www.cds.pt/folhacds/2016/12/20161220/debate-que-saude.html> e

<http://www.cds.pt/folhacds/2018/02/20180206/sns.html>

a trabalhar para construir uma alternativa por uma sociedade que cuida de todos. Continuamos a defender inequivocamente o valor da vida e a lutar pela sua qualidade, em todas as suas fases.

Um outro domínio que teve a maior atenção por parte do CDS nestes dois anos foi o das questões ligadas ao território, com especial atenção à agricultura – e aos efeitos muito negativos de uma seca que teima em afirmar-se como estrutural – e a todas as questões levantadas no período pós-incêndios. Mas recordo que o CDS, mesmo antes do trágico verão de 2017, defendeu medidas de impacto estrutural para a floresta, nomeadamente com um projeto de cadastro (em conjunto com o PSD), que esteve largos meses à espera da proposta do Governo, e a criação da conta de gestão florestal, inspirada no modelo norueguês, para contrariar o abandono e estimular os pequenos proprietários a investir nas suas parcelas. Como no último Orçamento do Estado propusemos a criação de um verdadeiro estatuto fiscal para o interior.

De resto, as preocupações com o território estão bem expressas no Projeto de Resolução sobre os próximos fundos comunitários⁹, onde assumimos o guião claro dos objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e damos particular ênfase às questões das alterações climáticas, da seca e da água.

Nesta matéria dos próximos fundos comunitários, fomos o primeiro partido a tomar posição, dando entrada no Parlamento deste extenso Projeto de Resolução, mal a questão foi sinalizada pelo Governo e antes mesmo de conhecermos posições do Executivo. Neste documento, recomendamos ao Governo não apenas grandes áreas para aplicação dos fundos do próximo quadro financeiro plurianual, mas também realçamos aspetos muito importantes no nosso relacionamento com a União Europeia, desde logo a necessidade de aumentar o orçamento da União de 1% para 1,3% do PIB europeu, de forma a garantir que as novas áreas de intervenção da União – defesa e proteção civil – não implicam uma redução de financiamento para outras políticas muito importantes para o nosso país, como a coesão ou a agricultura.

Esta atitude muito pro ativa tem sido marca do CDS na sua ação dentro e fora do Parlamento. Mesmo antes de o Governo sinalizar o consenso que queria gerar em torno das grandes obras públicas, já o CDS tinha apresentado as suas posições em vários projetos de resolução, que depois, e para facilidade de consulta por parte do Governo, foram condensados num Projeto de Resolução mais extenso sobre obras nos domínios da ferrovia e da rodovia. Como faremos também em relação a outros domínios, nomeadamente o transporte aéreo e marítimo-

⁹<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42079>

portuário ou a agenda da água, tema que consideramos cimeiro para um país particularmente exposto às alterações climáticas, que nos levarão a um clima mais quente e menos húmido.

O CDS prosseguirá com esta postura de estudar e apresentar propostas, de exigir ao Governo que se dedique aos problemas concretos das pessoas, de preparar um trabalho hoje para quando os portugueses nos quiserem a governar amanhã. Assim vamos continuar. Já no dia 1 de março com a matéria da justiça e muito brevemente com questões sobre habitação, na linha de resto das propostas apresentadas no Orçamento do Estado nesta matéria. Desenganjem-se os que pensam que nos desanimam quando chumbam as nossas propostas, mesmo quando sabem que são boas e o melhor para Portugal.

A política

Liderança no combate ao Governo das esquerdas unidas

Dentro desta atitude positiva e construtiva, entendemos muito importante tornar claras e transparentes as posições que, no quadro parlamentar, os vários partidos vão assumindo. Contribuímos por isso, desde a primeira hora, para clarificar que o Governo é um verdadeiro governo das esquerdas unidas, em que nos momentos chave – mesmo aqueles que resultam de compromissos europeus tantas vezes criticados e enfeitados pelo PCP e BE – as esquerdas se unem.

Tivemos essa prova logo nos primeiros Programa de Estabilidade e Plano Nacional de Reformas deste Governo, em abril de 2016, que pela mão do CDS foi votado no Parlamento, obrigando a que PCP e BE se assumissem como apoiantes inequívocos do Governo. Depois de semanas a criticar o Programa de Estabilidade e as regras europeias, vimos as esquerdas radicais a assumir o apoio ao Governo e a votar com ele todo o conteúdo do documento. A partir desse momento, ficou claríssimo que PCP e BE cederiam em tudo o que fosse necessário para manter a governação do Partido Socialista, e quem entendia de outra forma enganara-se redondamente. Todos os documentos essenciais à governação, seja em virtude das regras do semestre europeu, seja do Orçamento do Estado nacional, haveriam de ter a aprovação clara de todas as esquerdas, o que evidenciou de forma particularmente nítida o carácter absolutamente pragmático deste compromisso pós 2015, que consome todas as imensas contradições para cada um dos partidos que dele participa.

O tempo correu, foi aprovado mais um Orçamento do Estado, depois mais um Programa de Estabilidade e Plano Nacional de Reformas. Com um discurso oficial da pós-austeridade, e uma realidade diária de uma austeridade encapotada, indireta, difusa – distribuída entre o aumento de impostos indiretos, mais invisível e indolor para os contribuintes –, e a depauperação dos serviços públicos, amarrados pelas cativações, onde as falhas se foram evidenciando, das escolas aos hospitais, dos transportes públicos à segurança –, o Governo e os seus apoiantes foram deitando culpas ao passado. Mas os meses sucederam-se e tornaram-se em anos e foi ficando muito claro que era impossível continuar a culpar o passado e era, e é, chegado o tempo de assumir as responsabilidades pela governação à conta do corte nos serviços públicos e das promessas incumpridas neste domínio, com um destaque evidente para a área da saúde.

O CDS esteve sempre na linha da frente a desmascarar esta estratégia do Governo, nos momentos chave do Orçamento e do Programa de Estabilidade, mas também todas as semanas, todos os dias, nas comissões parlamentares, a chamar os Ministros e Secretários de Estado ao Parlamento, a exigir o cumprimento de promessas tão diversas quanto a neutralidade em matéria de aumento de preço do gasóleo e gasolina por via do adicional ao imposto ou a contratação de médicos especialistas. De resto, por iniciativa do CDS passou a ser obrigatório, a partir de 2018, a publicação mensal dos valores cativados por ministério, programa orçamental e serviço.

Toda esta linha de combate diário ao Governo das esquerdas unidas, que de resto deve manter-se, teve um momento particularmente agudo na sequência da maior falha do Estado de que a minha geração tem memória direta: a tragédia dos incêndios de junho e outubro de 2017, na qual perderam a vida cento e treze pessoas e o prejuízo orça em milhares de milhões de euros.

O Estado falhou clamorosamente na sua função mais básica de proteção das pessoas e do território. O Governo e o Primeiro-Ministro não estiveram à altura de lidar com a situação, não conseguiram evitar em junho e, pior, não conseguiram reagir prontamente como era devido, no socorro às populações, no pedido de desculpas em nome do Estado Português, na indemnização rápida às vítimas. Não conseguiram emendar rapidamente os erros, nomeadamente dando uma nova liderança à Administração Interna, e a tragédia repetiu-se em outubro, com mais perdas humanas e a mesma incapacidade do Governo.

O CDS apresentou então uma Moção de Censura ao Governo, liderando claramente a oposição a um Governo que não consegue lidar com as falhas imensas do Estado. Se a Moção de Censura é o instrumento mais poderoso da oposição, nada nos ocorre como tão grave quanto esta atuação do Governo. Ao contrário de governos anteriores, que, independentemente da cor

política foram abundantemente censurados, esta foi até agora a única Moção de Censura apresentada ao Governo das esquerdas unidas. Não seria pela inação do CDS que este Governo ficaria para a nossa história político-constitucional como o único, em 45 anos, a não ser censurado. Friso este ponto porque, na minha perspetiva, nenhuma outra razão, económica, financeira ou social, seria mais grave do que esta, do ponto de vista da censura ao Governo. É uma questão de hierarquia de prioridades nas funções do Estado e de reconhecimento do patamar superior da vida humana.

Alguns perguntaram se nos incomodou ficarmos sozinhos nessa moção – de resto votada favoravelmente também pelo PSD. Não nos incomodou porque entendemos que tínhamos a razão e os portugueses do nosso lado, e porque ter um caminho próprio, com autonomia, não calculista, é natural e positivo.

De resto, este caminho próprio do CDS foi notado de novo, recentemente, a propósito da Lei do Financiamento dos Partidos. Desde a primeira hora deixámos claro que não aceitaríamos que um processo iniciado para dar resposta a várias questões levantadas pelo Tribunal Constitucional, fosse aproveitado para resolver aspetos ligados ao financiamento específico de vários partidos, passando pelo fim do teto dos donativos privados e da isenção de IVA nas campanhas eleitorais. Fomos por isso naturalmente construtivos em relação às questões do Tribunal Constitucional, no quadro do grupo de trabalho criado para o efeito, mas permanentemente avisando que estaríamos fora de qualquer tentativa de ir para além disso. Perante a insistência de todos os demais partidos (com a exceção do PAN) de aprovarem outras medidas dentro do mesmo processo, o CDS demarcou-se e votou contra, tendo, no limite, de votar contra todo o diploma, porquanto as nossas propostas insistentes de segregação não foram acolhidas. Solicitámos então a intervenção do Senhor Presidente da República, no quadro dos seus poderes constitucionais, o que acabou por acontecer com o veto político. Manteremos a nossa posição e estamos completamente disponíveis para discutir as regras de financiamento dos partidos, de forma clara, aberta, transparente, em conjunto com todos os portugueses.

Esta é a nossa forma de estar na política: combatendo e lutando pelo que acreditamos ser melhor para Portugal e para os portugueses, sem ceder a calculismos e ao politicamente correto.

Sucesso nas eleições regionais e autárquicas

Há dois anos, no nosso congresso, propus objetivos claros para os atos eleitorais do calendário próximo: apoiar o CDS Açores no seu desafio de crescimento regional em 2016 e crescer nas eleições autárquicas de 2017.

Nos Açores, com a passagem de três para quatro deputados, com um crescimento claro em percentagem de votos, número de votos e mandatos, iniciámos um novo ciclo de crescimento que se acentuou nas eleições autárquicas.

Afirmei no discurso de encerramento do congresso que “não há uma receita única para todos os concelhos, mas há uma orientação geral: reforçar a posição do CDS no domínio autárquico.” Assim aconteceu, crescemos autarquicamente em percentagem, votos e mandatos. Passámos de cinco para seis Câmaras governadas pelo CDS, ajudámos Rui Moreira, no Porto, a atingir a maioria absoluta e assim libertar-se do Partido Socialista, em Lisboa tivemos 20,57%, passámos de um para quatro vereadores, retirámos a maioria absoluta do Partido Socialista. Fomos o partido da oposição mais votado em Lisboa e afirmámo-nos como líderes da oposição, com 64 autarcas eleitos, quando antes eram apenas 26. Estes são porventura os resultados mais visíveis, mas vale a pena sublinhar que ultrapassámos a fasquia dos 2 000 autarcas eleitos. Em muitos locais do país tivemos resultados notáveis, recuperando vereadores onde não elegíamos há mais de duas décadas, ombreando com os maiores partidos, como em Lamego ou Montemor-o-Novo, ou afirmando-nos como a segunda força partidária, como em Nelas, Mondim de Basto ou na Covilhã.

Estes resultados são inspiradores para mantermos o rumo do trabalho, da dedicação e da ambição de servir mais e melhor, preparando desde já as próximas eleições autárquicas, tal como já há dois anos vimos preparando as legislativas. Não há ciclos de dois anos, há um contínuo temporal que tem de ser de afirmação e de crescimento permanente. E isso só se consegue com trabalho árduo, persistência e dedicação, ouvindo as pessoas e lutando para melhorar as suas vidas.

II. Construir com todos

Todo o trabalho feito e os resultados alcançados até agora são uma base sólida e um ânimo acrescido para contruirmos o nosso projeto para os próximos anos. Queremos apresentar-nos como o partido que representa a alternativa ao Governo das esquerdas unidas, com o programa mais sólido e fundamentado, com os melhores protagonistas.

Para isso, precisamos de ter um método claro. Proponho o envolvimento intenso e sistemático de todos. Todos são todos: os de dentro do partido e os de fora, que se interessam pelo CDS e veem em nós uma oportunidade de mudança apelativa, credível, moderada, sensata.

Para isto temos de reforçar as estruturas, continuar a abrir o partido à colaboração de independentes e, cada vez mais, andar no terreno, a ouvir as preocupações, as prioridades, as ideias de quem as quer partilhar connosco.

O partido que cresce

O CDS tem vindo a reforçar a sua capacidade de atração: tem agregado muitos que em vários momentos se haviam desligado do partido, como tem mostrado um grande dinamismo na entrada de novos militantes. Nos últimos dois anos entraram mais de 4 000 novos militantes! Só no último mês juntaram-se a nós cerca de 400 novos militantes.

Percorri o país nestes dois anos. Mais do que uma vez, estive em todos os distritos do continente e nas Regiões Autónomas, quer no contexto do “Dia do Distrito”, quer para dar eco a problemas concretos e ação do CDS em vários domínios temáticos, da saúde à educação, da seca à competitividade.

O partido está reforçado nas suas estruturas. Neste momento temos todas as Distritais eleitas e dezenas de Concelhias com mandatos novos ou renovados. Estamos preparados e continuamente a reforçarmo-nos para os próximos desafios eleitorais.

Queremos fazer partido com todos, de todas as gerações e de todos os percursos de vida. Por isso mesmo propus à Comissão Política Nacional, e foi aprovada, a constituição do nosso Senado, não apenas como símbolo da importância que damos à história do CDS, mas com a expectativa de que, com a experiência da idade e da vida, os seus elementos possam enriquecer as opções fundamentais do partido.

O nosso órgão mais recente – os Autarcas Populares – tem a sua constituição renovada pós-eleições e é um espaço privilegiado para acolher todos os autarcas do CDS, não apenas os militantes, mas os muitos independentes que, confiando no nosso partido, integraram listas do CDS, foram eleitos e trabalham estreitamente connosco. O domínio autárquico é particularmente apelativo para cidadãos independentes que querem servir as suas terras e as suas comunidades, e o CDS tem sabido respeitar a sua independência, mas também integrar estes autarcas, apoiando e dando formação em conjunto com os nossos militantes. É uma linha

a intensificar para que os atuais mandados sejam exercidos com o apoio permanente do partido e a preparação das próximas eleições autárquicas possa ser feita desde já.

Este alargamento do partido deve ter uma ambição além-fronteiras. Bem sabemos da dificuldade, mas devemos estar particularmente atentos às oportunidades de contactar e levar a nossa mensagem aos milhares de portugueses que nos ouvem com atenção fora do território nacional e estão interessados e disponíveis para partilharem connosco as suas ideias. O recurso às tecnologias de informação deve ajudar este objetivo.

Como de resto, é por essa via que mais facilmente chegaremos às novas gerações, aquelas que porventura têm um voto mais livre, mas que normalmente também estão mais desligadas da política. Para além do dinamismo da nossa Juventude Popular, que importa realçar, o CDS tem também de desenvolver formas próprias de comunicar e de chegar às novas gerações. Possivelmente com formas renovadas de militância, que são mais apelativas para os jovens, mas também para todos aqueles que têm pouco tempo livre para dedicar a atividades partidárias que impliquem uma presença física, mas que nos seguem com interesse e estão talvez disponíveis para ter outro tipo de militância, uma militância digital.

O partido que se abre a todos

Tão importante quanto a tendência de crescimento da militância, é uma outra: a da abertura do CDS a quem não pertence ao partido, mas está disponível para conversar connosco. Cada vez mais pessoas, de áreas muito diferentes da sociedade, falam connosco, partilham connosco as suas visões e aceitam colaborar com o CDS. Sentimos isso mesmo nos grupos e nas conferências do Gabinete de Estudos, sentimos isso na generosidade de muitos que têm participado nas conferências do “Ouvir Portugal”.

Este é um sinal inequívoco de que estamos no bom caminho, o caminho de abertura, de abrangência, em cumprimento do desafio que propus ao partido há dois anos, quando afirmei que deveríamos ter ambição máxima e construir um partido para todos, um CDS que “quer escutar todos e falar para todos”¹⁰.

O sinal mais claro desta abertura está no próprio método escolhido para as conferências “Ouvir Portugal”: três independentes – a Raquel Abecasis, o Pedro Mexia e o Sebastião Lancastre – coordenam este ciclo e os oradores são todos independentes, ou de outro partido que não o

¹⁰ *Ambição e Responsabilidade para Portugal*, 26 de fevereiro de 2016, p.20.

nosso. A programação nasceu, ela própria, das duas primeiras conferências: Serralves, no Porto, com 11 oradores das mais diversas áreas, que apresentaram a sua visão e prioridades para Portugal, e Casa de Cultura, em Cascais, onde ouvimos – inclusivamente à distância – as ideias de oito portugueses espalhados no mundo. A partir daqui já estivemos em Guimarães a ouvir sobre Demografia, e estaremos para a semana em Coimbra a ouvir sobre trabalho no futuro e novas profissões. Nos temas e nas pessoas envolvidas, as conferências “Ouvir Portugal” são uma marca de novidade.

É preciso continuar e intensificar este caminho, que se deve repercutir na reflexão programática e também na composição das listas para os próximos desafios eleitorais, à semelhança do que aconteceu, com sucesso, nas eleições autárquicas.

Queremos um partido de portas e braços abertos para quem se revê nas nossas ideias e queira participar na construção democrática de um Portugal de futuro.

O partido que está próximo das pessoas

A abertura do partido tem de se fazer, em paralelo, e antes de mais, pela proximidade. A proximidade de quem anda no terreno, a visitar instituições e empresas, a conversar com os militantes, a ouvir a rua, a todo o tempo, fora dos tempos eleitorais. É o que temos feito e devemos continuar a fazer a todos os níveis de compromisso partidário: Grupo Parlamentar, através de visitas regulares dos deputados de círculo e do próprio grupo (lembro as várias visitas no período pós incêndios de junho e outubro), de dirigentes nacionais, distritais e concelhios.

Na moção de 2016 propus o “Dia do Distrito”, uma volta regular pelos distritos com visitas no terreno e conversas com os militantes e simpatizantes. Nestes dois anos estive, neste formato, em todos os distritos, em vários mais do que uma vez, e é uma amostra do que proponho que seja feito por todo o partido também a nível distrital e concelhio.

Nos últimos meses tenho procurado cruzar o “Dia do Distrito” com as conferências “Ouvir Portugal”. Mas, para além do pilar das conferências, o nosso “Ouvir Portugal” acontece também em todo o território, na rua, a conversar com todos, olhos nos olhos, e a distribuir uma carta, que é um convite e um desafio à participação. Peço a todos com quem me cruzo que me enviem uma carta, um email, uma mensagem no *Facebook*, a partilhar connosco as suas preocupações, ideias e prioridades para o país. O nosso grande projeto para Portugal é para todos os portugueses e é com eles que o queremos construir. Com o nosso Grupo Parlamentar, com os que trabalham connosco proximamente no Gabinete de Estudos, com quem participa nas

conferências “Ouvir Portugal”, mas também com quem partilha uma ideia, nos dá um recado, nos alerta para um problema, nos identifica uma prioridade, nos faz um apelo.

Estamos próximos nas ruas, como estamos próximos à distância de um clique, para acolher a participação de todos.

Como também estamos próximos a mostrar a nossa ação: para além dos meios habituais da Folha CDS e das redes sociais, vamos lançar, de forma progressiva, a CDSTV, que nos dará conta dos pontos mais importantes da nossa intervenção política.

III. CDS: o partido do futuro

Para muitos, o CDS é cada vez mais o partido onde apetece estar, para outros, mais afastados da política partidária, o CDS é o partido que apetece seguir com atenção. Ver o que estamos a fazer, avaliar a nossa ação, verificar se, a prazo, faz sentido confiar em nós.

Este é o grande desafio do CDS: fiel aos seus princípios fundadores, retirar os rótulos que foram sendo colados injustamente ao nosso partido, e deixar que, de forma mais livre, sem preconceitos e pré-entendimentos, se possa olhar para o CDS de hoje pelas suas propostas e pelos seus protagonistas. Queremos um CDS que já não é visto como partido “dos ricos”, “dos patrões” ou “dos quadros”, mas é o partido de todos, de todas as idades, homens e mulheres, rapazes e raparigas, que valorizam mais o trabalho, o mérito, as ideias, o afinco, a credibilidade, e, sobretudo, a imaginação, a força criativa e o entusiasmo. A determinação e a vontade posta na resolução dos problemas concretos do nosso dia-a-dia e na descoberta e desenvolvimento de oportunidades para o nosso futuro coletivo.

Queremos dizer a todos os portugueses que acreditam nos valores da liberdade, num Estado Social de Parceria, num país coeso territorialmente e de oportunidades para todos, que há um partido renovado, aberto, com uma vitalidade própria, a fazer diferente e com os olhos postos no futuro: o CDS. Um partido convictamente europeísta, e por isso exigente na Europa, um partido atlantista, que vê em Portugal um país aberto ao mundo e com capacidade de diálogo e de pontes com geografias distintas. Um país onde mulheres e homens, em circunstâncias de igualdade de oportunidades, podem desenvolver os seus projetos de vida pessoal e profissional, e onde o Estado é um aliado e não uma entidade omnipresente ou um empecilho. Um Portugal onde não há preconceitos ideológicos em relação aos prestadores de serviços públicos, seja na área da saúde, da educação ou em tantas outras, e onde a prioridade está onde existe a maior

fragilidade, um país onde se constrói um verdadeiro Estado Social de Parceria. Um país onde o território – na sua diversidade de mar, mundo rural e mundo urbano – é um fator de desenvolvimento e a coesão territorial é um grande objetivo. Um país onde a segurança e as funções de soberania têm um olhar atento. Um país onde a identidade se preserva no respeito pela tradição e se constrói pela abertura, cosmopolitismo e fervilhar cultural e intelectual. Um Portugal onde a inovação e a criatividade são palavras-chave e apelam a todos.

Esse é o Portugal em que o CDS acredita e quer ajudar a construir. O nosso grande desafio é ultrapassar os limites construídos ao longo da nossa curta história democrática e dizer às pessoas que, para construirmos este país, precisamos de decidir e de influenciar. E dizer que “sim, é possível chegarmos lá”. É preciso que cada um de nós possa e saiba explicar que não há nada intransponível, que o “vocês nunca lá chegam” está a passar à história. Que o voto útil acabou, que o voto de cada um é cada vez mais livre. Que acreditamos que podemos ser avaliados mais pelo trabalho, pelo mérito, pela determinação, pela vontade de fazer, pelas provas dadas, e menos pelas amarras das cores de uma sigla partidária. Explicar que em muitas regiões do país, o mais reformista, irreverente, novo, é votar no CDS. Queremos “colocar os pais a votar nos filhos e não os filhos a votar nos pais”, como é máxima da nossa Juventude Popular. Acreditamos que os portugueses querem um partido do presente a trabalhar para o futuro e que não querem ficar agarrados aos preconceitos do passado.

O caminho para lá chegar passa pelo melhor programa eleitoral e pelos melhores candidatos. Um programa construído por uma equipa específica, com os contributos das conferências “Ouvir Portugal” e das respostas ao nosso desafio na rua, o trabalho do Gabinete de Estudos, o acervo de tanto trabalho feito e apresentado pelo Grupo Parlamentar, e todos os contributos que as Estruturas nos vão fazendo chegar.

Um programa que parta dos grandes desafios estruturais do país – demografia, território e alterações climáticas, inovação e empreendedorismo – para construir prioridades. Para mim, a prioridade estará certamente na construção de um país que prepara a sociedade para os mais seniores e encontra soluções de equilíbrio demográfico, um território resiliente às alterações climáticas e que se reinventa em oportunidades para atrair pessoas num mundo em que o novo trabalho digital pode ser feito em qualquer lugar, uma economia aberta capaz de gerar oportunidades para todos e não apenas para alguns, com emprego com qualidade e estabilidade, em que o salto educacional resulta verdadeiramente em boas oportunidades para todos, garantindo mobilidade social, um país em que os jovens sintam o apelo e tenham condições para transformar conhecimento em inovação, transformar capacidade de criar em

empreendedorismo. Preparar Portugal para um presente e um futuro em que o mundo do trabalho e dos negócios está completamente diferente e em que a localização geográfica e a dimensão já não são determinantes para a afirmação económica dos países, é o nosso objetivo.

Nos próximos dois anos teremos duas eleições nacionais e uma eleição regional. Tal como aconteceu nas eleições regionais dos Açores, trabalharemos em conjunto com o CDS Madeira, no respeito pela sua autonomia, para que também aí o partido seja bem-sucedido, ao serviço de uma visão que garanta a efetiva aplicação do princípio da continuidade territorial, uma autonomia de resultados, indutora de coesão social e territorial, que valorize as especificidades e a riqueza geográfica.

No que respeita às eleições nacionais, dois anos volvidos, não vejo razão para nos desviarmos do caminho proposto no congresso de Gondomar e aí sufragado pelo partido. Pelo contrário, vejo razões de reforço desta escolha. Devemos disputar as eleições europeias e as legislativas em listas próprias, com a profunda convicção de que assim estaremos a dar o nosso melhor contributo para Portugal ter uma alternativa às esquerdas unidas.

Em 2019, ganha quem conseguir reunir um apoio parlamentar de 116 deputados. Queremos ser a primeira escolha dos portugueses e dar o máximo contributo para atingir esse número. Somos alternativa de centro direita ao Governo das esquerdas unidas. Tudo faremos para dar uma sólida contribuição para que o centro direita possa atingir esse número e, após as eleições, entender-se para governar.

O nosso grande desafio é dizer a todas as portuguesas e a todos os portugueses que podemos chegar lá. Dizer todos os dias, e todos os dias fazer por isso. Com um CDS mais próximo, mais aberto, mais digital, a pensar no futuro.

Sabemos como o caminho é difícil, mas isso não nos demove, antes entusiasmo. Com humildade, com realismo, mais focados na solução do problema e menos na ideologia, sabemos que temos um longo caminho pela frente. Com um único objetivo e muita ambição: servir Portugal e os portugueses com o que de melhor somos.